

26/05/2015

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.011 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
REDATOR DO	: MIN. TEORI ZAVASCKI
ACÓRDÃO	
PACTE.(S)	: WALNIR TREICHEL
IMPTE.(S)	: WALNIR TREICHEL
ADV.(A/S)	: JOSE FERNANDO GONZALEZ
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. PODER DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO DE MEMBRO DO ÓRGÃO MINISTERIAL QUE PARTICIPOU DA FASE INVESTIGATÓRIA. INOCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA PARA JULGAR ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA. MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU. ART. 104 DO CPP. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO CONFIGURADO.

1. Ao concluir o julgamento do RE 593.727/MG, com repercussão geral reconhecida, o Plenário desta Corte assentou a seguinte tese: “o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/94, artigo 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa instituição”.

2. A jurisprudência do STF é no sentido de que a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória não acarreta, por si

HC 85011 / RS

só, seu impedimento ou sua suspeição para o oferecimento da denúncia, e nem poderia ser diferente à luz da tese firmada pelo Plenário, mormente por ser ele o *dominus litis* e sua atuação estar voltada exatamente à formação de sua convicção.

3. À luz do art. 104 do CPP, é do juiz de primeira instância a competência para processar e julgar exceção de impedimento ou suspeição de promotor de justiça, a quem cabe, inclusive, decidir sobre a realização ou não de diligências solicitadas nesse incidente processual, podendo indeferir as que entender irrelevantes, impertinentes ou protelatórias (CPP, art. 400, § 1º), sem que tanto configure cerceamento de defesa.

4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a mera impressão do juiz sobre a possibilidade de o paciente interferir na instrução criminal, bem como sua situação econômica, sem a indicação de elementos concretos demonstradores do risco de fuga, não constituem fundamentos idôneos para o decreto de prisão preventiva. Os autos revelam, ainda, situação configuradora de excesso de prazo da prisão cautelar.

5. *Habeas corpus* denegado. Ordem concedida de ofício para revogar a prisão cautelar.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Ministro MARCO AURÉLIO, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em indeferir a ordem de *habeas corpus*, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Por unanimidade, em implementar a ordem, de ofício, para afastar a prisão provisória, nos termos do voto do Senhor Ministro Eros Grau, Relator. Não participaram, justificadamente, deste julgamento, os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Brasília, 26 de maio de 2015.

HC 85011 / RS

Ministro TEORI ZAVASCKI
Redator do Acórdão

07/06/2005

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.011-1 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. EROS GRAU
PACIENTE(S) : WALNIR TREICHEL
IMPETRANTE(S) : WALNIR TREICHEL
ADVOGADO(A/S) : JOSE FERNANDO GONZALEZ
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: O paciente está sendo processado na Comarca de Pelotas/RS, sob a acusação de ter concorrido, como mandante, para o homicídio de sua esposa. Atribui ao STJ constrangimento ilegal por ter denegado HC, cujas razões, transcritas da inicial, resumem-se no seguinte:

"a) Falece poder investigatório próprio ao Ministério Público, não podendo o Promotor instaurar e presidir a fase inquisitorial, fazendo as vezes de autoridade policial, como aconteceu no caso em exame.

b) Se investigar pudesse, o Agente investigador estaria impedido de funcionar na causa, por aplicação analógica do art. 252, II, do CPP, em sua combinação com o art. 258 do mesmo diploma.

c) Se impedido não estivesse, o doutor Promotor de Justiça seria - fora de dúvida - suspeito para funcionar, por força do incidente entre ele e a principal testemunha, em plena audiência judicial.

d) A exceção de impedimento ou suspeição oposta a Promotor de Justiça é de competência do Tribunal de Justiça e não mais do Juiz de primeiro grau, por força de interpretação sistemática das normas constitucionais de 1988 e da Lei 8.625/93.



e) A complexidade do caso era impeditiva de que o julgamento da exceção acontecesse de plano, indeferindo-se, como ocorreu, a produção de prova.

2. Segundo se depreende, foi instaurado inquérito policial para apurar o fato delituoso. Alega-se que, como a autoridade policial não conseguiu chegar à autoria, o Promotor de Justiça, usurpando a atribuição desta, teria, ele próprio, intimado testemunhas e as inquirido, elaborando, ao final, o relatório minucioso que deu sustentação à denúncia e ao requerimento de prisão preventiva contra o paciente.

3. Sustenta, ademais, que se fosse admissível a investigação promovida pelo Ministério Público, o promotor não poderia funcionar no feito, a exemplo do que ocorre com os juízes que exerceram o cargo de delegado de polícia antes de ingressar na magistratura, conforme previsto no art. 252, II, em combinação com o art. 258, ambos do CPP, aplicável analogicamente.

4. Aduz que, mesmo que se afastasse o impedimento do promotor, este não poderia funcionar no feito, considerado o incidente entre ele e a testemunha principal, que se retratou em juízo do depoimento prestado na promotoria. Segundo o impetrante, inconformado com a nova versão, o promotor teria algemado e determinado a prisão da testemunha na frente do juiz. Esse episódio deu ensejo ao incidente de impedimento ou suspeição do promotor.

5. Alega que a juíza de primeiro grau usurpou a competência do Tribunal de Justiça ao julgar o incidente acima mencionado, uma vez que a interpretação sistemática de preceitos da Lei n. 8.625/93 e da Constituição do Brasil aponta para a competência do colegiado, prevendo para os promotores as mesmas garantias conferidas aos

magistrados. Logo, se o julgamento de HC contra ato de juiz é da competência do Tribunal de Justiça, não há porque não ser este também competente para julgar as exceções de impedimento ou suspeição envolvendo os Promotores de Justiça. E ainda que assim não fosse, a magistrada não poderia ter indeferido a produção de prova essencial ao deslinde da questão, nem decidido o incidente de plano, considerada a complexidade da matéria.

6. Em que pese a questão atinente à prisão cautelar não ter sido posta a exame do STJ, o impetrante assevera que o paciente está preso nessa condição desde 10.6.2003, ao mero argumento de que seria pessoa de posses e, por isso mesmo, poderia evadir-se ou procrastinar o andamento do processo.

7. Requer seja declarada a nulidade do processo, a partir da denúncia, sendo consectário lógico o relaxamento da prisão preventiva.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Haroldo Ferraz da Nóbrega, é pelo indeferimento do writ.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): Antes de passar ao exame dos fundamentos deste writ, cumpre-me prestar esclarecimento a propósito do longo tempo passado entre a impetração e a liberação para julgamento. O HC foi aqui protocolado em 26.10.04. Indeferi a liminar no mesmo dia, requisitando informações e remetendo os autos à PGR. Em 5.1.2005 (férias forenses), o impetrante reiterou o pedido de liminar, tendo a Ministra Ellen Gracie requisitado os autos à PGR em 6.1.2005, sem parecer. O Processo veio concluso ao meu Gabinete em 1º.2.05, sem apreciação do novo pedido de liminar. Mantive a decisão pela qual o indeferi e determinei o retorno do processo à PGR, que o devolveu em 20.5.2005.

2. O acórdão do STJ tem a seguinte ementa:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. ARGÜIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PRIMEIRO GRAU. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO FEITO PARA A APRECIÇÃO E JULGAMENTO.

1. A legitimidade do Ministério Público para conduzir diligências investigatórias decorre de expressa previsão constitucional, oportunamente regulamentada pela Lei Complementar nº 75/93. É consectário lógico da própria função do órgão ministerial - titular exclusivo da ação penal pública -, proceder a coleta de elementos de convicção, a fim de elucidar a materialidade do crime e os indícios de autoria.

2. A competência da polícia judiciária não exclui a de outras autoridades administrativas. Inteligência do art. 4º, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ.

3. A argüição de suspeição de membro do Ministério Público de primeiro grau deve ser processada e julgada em Primeira Instância, pelo Juízo do feito, não cabendo recurso contra a decisão proferida, conforme dispõe o

art. 104 do Código de Processo Penal. Precedentes desta Corte.

Recurso desprovido."

3. A questão referente à legitimidade da investigação procedida pelo Ministério Público está afetada ao Pleno desta Corte no Inquérito n. 1.968. Nestes autos, ao contrário do que afirma o impetrante, não se trata de hipótese em que as investigações foram feitas exclusivamente pelo *Parquet*. Houve instauração regular de inquérito policial. Como a autoridade policial não conseguiu agrupar elementos que indicassem, seguramente, a autoria do fato criminoso, o Ministério Público requisitou peças ao delegado e, com base nelas, notificou, ouviu testemunhas e requereu diligências a fim de firmar sua convicção para oferecer a denúncia. Aliás, esse procedimento encontra respaldo no artigo 47 do Código de Processo Penal-CPP, ao dispor que "Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los". Essa questão foi bem enfrentada e decidida no acórdão do STJ. Leio do voto condutor:

"(...)

Ainda que assim não fosse, na espécie, diversamente do apregoadado pelo ora Recorrente em suas razões, a denúncia não foi oferecida 'com base, exclusivamente, em provas coletadas na Promotoria de Justiça, em procedimento investigatório que assumiu, presidiu e comandou', pois conforme se infere da própria denúncia, foi ofertada 'com base no expediente investigatório número 010/2003, da 1ª Promotoria Criminal de Pelotas, e **nos documentos integrantes do inquérito policial instaurado pela portaria número 275/03, da 1ª Delegacia de Polícia de Pelotas**' (fl. 19 - grifo nosso).

Vê-se, assim, ter havido um regular inquérito policial (fl. 257), no qual, segundo consta no seu

próprio relatório (fls. 258/262), foram ouvidas diversas pessoas, como os filhos da vítima, Carlos Eugênio Dias Carmelato, que estava próximo do local onde o corpo foi encontrado, Paulo Roberto da Silva Santos, o qual disse manter relações com a vítima, dentre outras mais, com relevância para o esclarecimento dos fatos e suas circunstâncias.

Houve, ainda, ressalte-se, no curso do inquérito policial, a solicitação de perito para produção de retratos-falados, a expedição de ofícios a diversos órgãos, a solicitação de quebra do sigilo telefônico e bancário do ora paciente, além da instalação de escuta telefônica em sua casa, que foram deferidos pelo Juízo Criminal, a expedição de Mandado de Busca e Apreensão em sua residência, bem como várias outras diligências e colhidas de informações para a elucidação do crime.

Portanto, não há falar em usurpação de atribuição da Polícia Judiciária, uma vez que, além da denúncia ter sido oferecida diante das provas coligidas no inquérito policial, devidamente presidido por autoridade policial, o expediente investigatório administrativo, instaurado pelo *Parquet*, se deu tão-somente dentro de seu próprio âmbito de atuação, visando, conforme já ressaltado anteriormente, colher elementos suficientes de convicção, com o fim de elucidar a materialidade do crime e sua autoria, o que, nada mais é, do que consectário lógico da própria função do órgão ministerial." (Fls. 169/170).

4. Improcedente, pois, o primeiro fundamento.

5. Não prospera, igualmente, a alegação de que o promotor estaria impedido de atuar em juízo por ter participado das investigações. A regra estatuída no artigo 252, II, c/c o artigo 258, ambos do CPP, diz respeito a juiz que exerceu o cargo de delegado de polícia antes de ingressar na magistratura. E não poderia ser diferente, porquanto a imparcialidade é atributo do juiz, não do promotor de justiça. A jurisprudência do STF é contrária à pretensão do impetrante nesse ponto (HC n. 70.290,

Pleno, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 13.6.97 e RHC n. 83.991, 2ª Turma, DJ de 7.5.2004).

6. O terceiro fundamento da impetração --- impedimento do promotor de justiça, por força do incidente entre ele e a testemunha principal, em plena audiência --- restará prejudicado se afirmarmos a competência da juíza para o julgamento da exceção.

7. A competência para julgar exceção de impedimento ou suspeição de promotor de justiça é do juiz, conforme previsão do artigo 104 do CPP¹, que dispõe, inclusive, sobre sua faculdade de deferir a produção de provas. Logo, havendo previsão expressa quanto a competência da justiça de 1º grau, descabe falar em interpretação sistemática de normas estranhas ao CPP para definir a competência do Tribunal de Justiça. Releva notar que, sendo faculdade do juiz deferir ou indeferir diligências probatórias, não há cerceamento de defesa se ele indefere o pedido por entender que não contribuirá para o deslinde da exceção de impedimento/suspeição, até porque, como visto, a motivação é clara: o incidente entre o promotor e a testemunha, por ter esta se retratado, **em juízo**, do depoimento prestado àquele. Nesse particular, vale observar que a mencionada testemunha disse, também em juízo, não ter sido coagida pelo membro do *Parquet*, afirmando apenas que ficou com receio. As demais testemunhas inquiridas pelo juiz também afirmaram terem prestado depoimentos espontâneos, sem se sentirem coagidas. A bem da verdade, inexistente nos autos qualquer alusão a que a testemunha tenha sido algemada. O próprio promotor reconsiderou o pedido de prisão em audiência. De qualquer sorte, a denúncia não está amparada apenas no

¹ "Art. 104. Se for argüida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias."

depoimento da testemunha que o impetrante diz ser a principal. Há outros elementos de convicção.

8. Não prospera, igualmente, o argumento de que a exceção, por sua complexidade, impediria o julgamento de plano. Reitere-se que a exceção fundou-se em incidente entre o promotor e a testemunha, o que é suficiente para afastar a alegação de complexidade. Ademais, o habeas corpus não é o meio adequado para aferir a importância das diligências para o julgamento da exceção.

9. No que tange à prisão preventiva, ainda que não tenha sido objeto do RHC julgado pelo STJ, não está amparada em fundamentos idôneos, bastando à essa observação a simples leitura, no ponto, da decisão de recebimento da denúncia: "O denunciado WALNIR TREICHEL, ex-marido da vítima, em liberdade poderá procrastinar o andamento do feito, além do mais, pessoa de posses, tem possibilidade de evadir-se, impossibilitando a instrução do feito". Por ser notório, dispensei menção a precedentes desta Corte no sentido de que a mera impressão do juiz sobre a possibilidade de o paciente conturbar a instrução criminal não constitui fundamento para um decreto de prisão preventiva. Do mesmo modo, a situação econômica do acusado também não pode ser invocada para justificar a assertiva de que poderá evadir-se, sem que haja elementos concretos que certifiquem essa possibilidade.

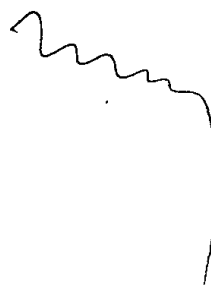
10. É certo, a prisão preventiva foi confirmada na sentença de pronúncia, prolatada após as impetrações no STJ e nesta Corte, o que, a primeira vista, poderia significar prejudicialidade. Temos entendido, no entanto, que a simples convolação de título judicial não traduz prejudicialidade se os fundamentos tidos por inidôneos são reproduzidos na decisão subsequente. Embora não conste nos autos



a referida sentença de pronúncia --- portanto, não é possível saber se foram reiterados os fundamentos da custódia cautelar original --- entendendo que a circunstância de o réu ter sido preso pouco tempo depois do crime não autoriza inovar, na sentença de pronúncia, quanto à necessidade da prisão preventiva. Com efeito, é impossível atribuir ao paciente, todo esse tempo enclausurado, qualquer situação concreta que, ao lado de uma das causas relacionadas no artigo 312 do CPP, configure a necessidade de mantê-lo preso processualmente.

11. Ainda que não fosse assim, a liberdade provisória encontraria respaldo no excesso de prazo. O paciente foi preso preventivamente em junho de 2003, transcorridos, entre o RHC no STJ e este HC, quase dois anos.

Ante o exposto, denego a ordem conforme requerida, mas defiro o writ, de ofício, para conceder a liberdade provisória.



07/06/2005

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.011 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO – Sr. Presidente, pelos fundamentos da decisão, acompanho S.Exa., indeferindo o **habeas corpus** de ofício e concedendo a ordem para deferir a liberdade provisória do paciente.

07/06/2005

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.011-1 RIO GRANDE DO SUL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, entendo que não subsiste a preventiva, tendo em conta as suposições, a capacidade intuitiva do órgão que a formalizou e o excesso de prazo.

No mais, aguardo o voto do ministro Cezar Peluso para pronunciar-me a respeito, inclusive quanto à investigação procedida pelo Ministério Público e, também, à atividade que desenvolveu em audiência, como se portasse a estrela de xerife e o revólver na cinta, algemando uma testemunha.



07/06/2005

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.011-1 RIO GRANDE DO SUL

VISTA

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO – Sr. Presidente,
também concordo com o relaxamento da prisão, mas gostaria de pedir vista, se a
Turma julgadora entenda de conceder o **habeas corpus**.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 85.011-1

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. EROS GRAU

PACTE.(S): WALNIR TREICHEL

IMPTE.(S): WALNIR TREICHEL

ADV.(A/S): JOSE FERNANDO GONZALEZ

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após os votos dos Ministros Eros Grau, Relator, e Carlos Britto, indeferindo o pedido de **habeas corpus**, mas, de ofício, deferindo a ordem para conceder liberdade provisória ao paciente, e dos demais Ministros os acompanhando quanto à concessão de ofício, pediu vista dos autos o Ministro Cezar Peluso. Falaram pelo paciente o Dr. José Fernando Gonzalez e pelo Ministério Público Federal, o Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas. 1ª. Turma, 07.06.2005.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto e Eros Grau.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.


Ricardo Dias Duarte
w/Coordenador

26/05/2015

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.011 RIO GRANDE DO SUL

VOTO – VISTA

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR): 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça proferido nos autos do RHC 15.351/RS, Rel. Min. Laurita Vaz. Consta dos autos, em síntese, que (a) o paciente foi denunciado e preso preventivamente pela suposta prática do crime de homicídio duplamente qualificado (art. 121, § 2º, I e IV, do CP); (b) a defesa arguiu exceção de impedimento e/ou suspeição do Promotor de Justiça oficiante nos autos, a qual foi julgada improcedente pela magistrada de primeiro grau; (c) alegando a incompetência do Ministério Público para promover, diretamente e sob sua responsabilidade, investigação no âmbito do inquérito policial, bem como a incompetência do juízo de primeira instância para apreciar a exceção arguida, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que denegou a ordem, e, na sequência, interpôs RHC no Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

“(…) 1. A legitimidade do Ministério Público para conduzir diligências investigatórias decorre de expressa previsão constitucional, oportunamente regulamentada pela Lei Complementar nº 75/93. É consectário lógico da própria função do órgão ministerial – titular exclusivo da ação penal pública –, proceder a coleta de elementos de convicção, a fim de elucidar a materialidade do crime e os indícios de autoria.

2. A competência da polícia judiciária não exclui a de outras autoridades administrativas. Inteligência do art. 4º, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ.

3. A arguição de suspeição de membro do Ministério Público de primeiro grau deve ser processada e julgada em Primeira Instância, pelo Juízo do feito, não cabendo recurso contra a decisão proferida, conforme dispõe o art. 104 do

HC 85011 / RS

Código de Processo Penal. Precedentes desta Corte.
Recurso desprovido”.

Neste *habeas corpus*, o impetrante alega, em suma, que (a) houve cerceamento de defesa no julgamento do recurso ordinário pelo STJ, uma vez que não foi oportunizado ao advogado constituído a possibilidade de sustentar oralmente as razões recursais, embora haja sido formulado pedido nesse sentido; (b) o Promotor de Justiça que ofereceu denúncia e requereu a prisão preventiva foi o mesmo que instaurou o procedimento investigatório, inquiriu as testemunhas e elaborou o relatório final, atribuições essas típicas e exclusivas da autoridade policial; (c) uma das testemunhas que não confirmou em juízo as declarações prestadas na fase investigatória foi presa e algemada pelo membro do Ministério Público em plena audiência de instrução, o que motivou o oferecimento de exceção de suspeição e/ou impedimento daquela autoridade acusadora; (d) o referido incidente processual deveria ter sido julgado em segunda instância, e não em primeiro grau de jurisdição; (e) não existem fundamentos concretos para a manutenção da prisão cautelar do paciente, que, ademais, se encontra recluso desde 10/6/2003.

Em sessão de 7/6/2005, o Relator, Min. Eros Grau, indeferiu o pedido de *habeas corpus*, mas concedeu a ordem de ofício para deferir liberdade provisória ao paciente, sendo acompanhado por todos os Ministros em relação a concessão da ordem de ofício. Eis as razões enunciadas pelo Relator, no que importa:

“(…)

3. A questão referente à legitimidade da investigação procedida pelo Ministério Público está afetada ao Pleno desta Corte no Inquérito n. 1.968. Nestes autos, ao contrário do que afirma o impetrante, não se trata de hipótese em que as investigações foram feitas exclusivamente pelo *Parquet*. Houve instauração regular de inquérito policial. Como a autoridade policial não conseguiu agrupar elementos que indicassem, seguramente, a autoria do fato criminoso, o Ministério Público requisitou peças ao delegado e, com base nelas, notificou, ouviu testemunhas e requereu diligências a fim de firmar sua convicção para oferecer a denúncia. Aliás, esse procedimento

encontra respaldo no artigo 47 do Código de Processo Penal-CPP, ao dispor que 'Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los'. Essa questão foi bem enfrentada e decidida no acórdão do STJ. Leio do voto condutor:

(...)

4. Improcedente, pois, o primeiro fundamento.

5. Não prospera, igualmente, a alegação de que o promotor estaria impedido de atuar em juízo por ter participado das investigações. A regra estatuída no artigo 252, II, c/c o artigo 258, ambos do CPP, diz respeito a juiz que exerceu o cargo de delegado de polícia antes de ingressar na magistratura. E não poderia ser diferente, porquanto a imparcialidade é atributo do juiz, não do promotor de justiça. A jurisprudência do STF é contrária à pretensão do impetrante nesse ponto (HC n. 70.290, Pleno, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 13.6.97 e RHC n. 83.991, 2ª Turma, DJ de 7.5.2004).

6. O terceiro fundamento da impetração --- impedimento do promotor de justiça, por força do incidente entre ele e a testemunha principal, em plena audiência --- restará prejudicado se afirmarmos a competência da juíza para o julgamento da exceção.

7. A competência para julgar exceção de impedimento ou suspeição de promotor de justiça é do juiz, conforme previsão do artigo 104 do CPP [Art. 104. Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias'], que dispõe, inclusive, sobre sua faculdade de deferir a produção de provas. Logo, havendo previsão expressa quanto a competência da justiça de 1º grau, descabe

falar em interpretação sistemática de normas estranhas ao CPP para definir a competência do Tribunal de Justiça. Releva notar que, sendo faculdade do juiz deferir ou indeferir diligências probatórias, não há cerceamento de defesa se ele indefere o pedido por entender que não contribuirá para o deslinde da exceção de impedimento/suspeição, até porque, como visto, a motivação é clara: o incidente entre o promotor e a testemunha, por ter esta se retratado, **em juízo**, do depoimento prestado àquele. Nesse particular, vale observar que a mencionada testemunha disse, também em juízo, não ter sido coagida pelo membro do *Parquet*, afirmando apenas que ficou com receio. As demais testemunhas inquiridas pelo juiz também afirmaram terem prestado depoimentos espontâneos, sem se sentirem coagidas. A bem da verdade, inexistiu nos autos qualquer alusão a que a testemunha tenha sido algemada. O próprio promotor reconsiderou o pedido de prisão em audiência. De qualquer sorte, a denúncia não está amparada apenas no depoimento da testemunha que o impetrante diz ser a principal. Há outros elementos de convicção.

8. Não prospera, igualmente, o argumento de que a exceção, por sua complexidade, impediria o julgamento de plano. Reitere-se que a exceção fundou-se em incidente entre o promotor e a testemunha, o que é suficiente para afastar a alegação de complexidade. Ademais, o *habeas corpus* não é o meio adequado para aferir a importância das diligências para o julgamento da exceção.

9. No que tange à prisão preventiva, ainda que não tenha sido objeto do RHC julgado pelo STJ, não está amparada em fundamentos idôneos, bastando à essa observação a simples leitura, no ponto, da decisão de recebimento da denúncia: 'O denunciado WALNIR TREICHEL, ex-marido da vítima, em liberdade poderá procrastinar o andamento do feito, além do mais, pessoa de posses, tem possibilidade de evadir-se, impossibilitando a instrução do feito'. Por ser notório, dispense

menção a precedentes desta Corte no sentido de que a mera impressão do juiz sobre a possibilidade de o paciente conturbar a instrução criminal não constitui fundamento para um decreto de prisão preventiva. Do mesmo modo, a situação econômica do acusado também não pode ser invocada para justificar a assertiva de que poderá evadir-se, sem que haja elementos concretos que certifiquem essa possibilidade.

10. É certo, a prisão preventiva foi confirmada na sentença de pronúncia, prolatada após as impetrações no STJ e nesta Corte, o que, a primeira vista, poderia significar prejudicialidade. Temos entendido, no entanto, que a simples convalidação de título judicial não traduz prejudicialidade se os fundamentos tidos por inidôneos são reproduzidos na decisão subsequente. Embora não conste nos autos a referida sentença de pronúncia --- portanto, não é possível saber se foram reiterados os fundamentos da custódia cautelar original --- entendo que a circunstância de o réu ter sido preso pouco tempo depois do crime não autoriza inovar, na sentença de pronúncia, quanto à necessidade da prisão preventiva. Com efeito, é impossível atribuir ao paciente, todo esse tempo enclausurado, qualquer situação concreta que, ao lado de uma das causas relacionadas no artigo 312 do CPP, configure a necessidade de mantê-lo preso processualmente.

11. Ainda que não fosse assim, a liberdade provisória encontraria respaldo no excesso de prazo. O paciente foi preso preventivamente em junho de 2003, transcorridos, entre o RHC no STJ e este HC, quase dois anos.

Ante o exposto, denego a ordem conforme requerida, mas defiro o *writ*, de ofício, para conceder a liberdade provisória”.

Pediu vista o Ministro Cezar Peluso, a quem sucedi.

2. Atualmente, a controvérsia sobre a legitimidade constitucional do

HC 85011 / RS

poder de investigação do Ministério Público está pacificada no âmbito desta Corte. Em 14/5/2015, o Plenário, ao concluir o julgamento do RE 593.727/MG, com repercussão geral reconhecida, acolheu proposta formulada pelo Ministro Celso de Mello, que se transformou na seguinte tese: “o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/94, artigo 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa instituição”.

Assim, por estar em conformidade com o entendimento desta Suprema Corte, não merece reparo o ato impugnado.

3. Sobre o alegado impedimento do promotor de justiça, é de ser destacado, e nem poderia ser diferente à luz da tese firmada pelo Plenário, que o fato de participar de diligências investigatórias justifica, ainda mais vigorosamente, a legitimidade do representante ministerial para o ajuizamento da ação penal, considerando ser ele o *dominus litis* e sua atuação estar voltada exatamente à formação de sua convicção. Nesse sentido é a Súmula 234 do STJ (“a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia”). Destacam-se, no STF, os seguintes precedentes: RHC 83991, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, DJ 07-05-2004; HC 89158, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, DJ 15-09-2006, esse último assim ementado:

(...) Ministério Público: o promotor de Justiça que participa na fase investigatória não está impedido ou suspeito para o oferecimento da denúncia. Precedentes.

HC 85011 / RS

4. Com essas considerações, acompanho o voto do Ministro Relator, inclusive quanto as demais teses suscitadas. É o voto.

26/05/2015

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 85.011 RIO GRANDE DO SUL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) – Na assentada em que teve início o julgamento, em 2005 – e já se passaram alguns anos – tive a oportunidade de consignar:

"Senhor Presidente, entendo que não subsiste a preventiva, tendo em conta as suposições, a capacidade intuitiva do órgão que a formalizou e o excesso de prazo." – Como ressaltado, agora, pelo Ministro Teori Zavascki.

"No mais, aguardo o voto do Ministro Cezar Peluso" – que não chegou a votar, e, no caso, houve a sucessão pelo Ministro Teori Zavascki – "para pronunciar-me a respeito, inclusive quanto à investigação procedida pelo Ministério Público e, também, à atividade que desenvolveu em audiência, como se portasse a estrele de xerife e o revólver na cinta, algemando uma testemunha."

Quer dizer, ocorreu algo realmente discrepante da ordem natural das coisas.

Eis a eterna rebeldia judicante. Não me convenceu a óptica do Plenário sobre a possibilidade de o Ministério Público investigar, muito embora o pronunciamento tenha sido formalizado sob o ângulo da repercussão geral.

Na oportunidade, fiz ver:

O recurso volta-se a infirmar acórdão mediante o qual o Tribunal de Justiça Estado de Minas Gerais recebeu denúncia contra Prefeito do Município de Ipanema, tendo como fundamento investigação realizada diretamente pelo Ministério Público.

A questão de fundo do extraordinário, a ser examinado sob o ângulo da repercussão geral, consiste em definir se o Ministério Público possui legitimidade para, por meios próprios, investigar condutas criminosas.

O relator, ministro Cezar Peluso, conheceu e deu provimento ao recurso, admitindo, entretanto, a atribuição do Ministério Público para realizar diretamente atividades de investigação da prática de delitos em situações excepcionais e taxativas, no que foi acompanhado pelo ministro Ricardo Lewandowski. Os ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello, Ayres Britto, Joaquim Barbosa e Luiz Fux negaram provimento ao extraordinário, consignando a existência de base constitucional para os poderes de investigação do Ministério Público. Pediu vista visando melhor exame.

O tema é de grande relevância jurídica, pois tem por finalidade a elucidação de balizas concernentes à atuação do Ministério Público na persecução penal. Com a promulgação da Constituição de 1988, as atribuições do Ministério Público foram superdimensionadas, sendo preciso harmonizá-las com as funções das demais instituições da República.

A possibilidade de investigação autônoma pelo Órgão gera debates jurídicos há tempo travados na doutrina e nos Tribunais. As realidades fáticas heterogêneas presentes no Brasil fizeram com que o Ministério Público se deparasse com a “necessidade” de investigar por conta própria. Entre os diversos motivos para tanto, destacam-se a falta de estrutura das polícias ou desvios de conduta dos agentes policiais. O cenário, então, levou o Ministério Público a apresentar justificativa para essa atuação anômala.

Nesse panorama, surgiram argumentos para legitimar a investigação independente. Os fundamentos se resumem à ausência de exclusividade investigatória das polícias judiciárias e à interpretação do artigo 129 da Carta da República sob o enfoque da teoria dos poderes implícitos. Alega-se que a própria Constituição confere poderes investigatórios a outros órgãos. Citam-se como exemplos as Comissões Parlamentares de Inquérito, nos termos do disposto no artigo 58, § 3º, do Diploma Maior. Apontam-se outras normas legais que autorizam investigação por órgãos diversos, como os procedimentos administrativos do Conselho de Controle de

Atividades Financeiras – Lei nº 9.613/98 –, da Receita Federal e outros. Sustenta-se não ser razoável entender que o titular da ação penal e destinatário das investigações criminais não pudesse buscar, por meios próprios, os elementos para convencimento, reforçando tal ideia no axioma jurídico “quem pode o mais pode o menos”.

A análise constitucional das premissas utilizadas revela não subsistir a assertiva. Inicialmente, vale consignar que a Carta, ao estabelecer competências, visa assegurar o equilíbrio entre os órgãos públicos, o qual também funciona como garantia para o cidadão. A concentração de poder é prejudicial ao bom funcionamento do Estado Democrático de Direito, razão por que as interpretações ampliadoras de poderes devem ser feitas com reservas, sob pena de ruptura da harmonia preconizada pelo constituinte.

As normas que tratam das funções e atribuições do Ministério Público – artigos 127 a 129 da Carta Federal – são bem claras ao descreverem-nas. Em nenhuma delas, pode-se concluir estar autorizada a investigação criminal, ao contrário. Ao estabelecer, no inciso VII do artigo 129, o exercício do controle externo da atividade policial e, no inciso seguinte, atribuir o poder de requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial, o constituinte evidenciou a opção de não permitir que o Ministério Público proceda à investigação criminal, e sim zele pela lisura das atividades policiais e cuide para que a apuração possa ser concluída de forma a viabilizar a futura ação penal.

A vontade constitucional fica evidenciada quando se comparam as normas relativas ao inquérito civil e as alusivas à investigação criminal. No tocante ao primeiro, a expressão “promover o inquérito civil”, constante no artigo 129, inciso III, da Carta, não deixa margem ao questionamento sobre os poderes que o Ministério Público possui. A mesma clareza foi consignada quanto à investigação criminal, nos incisos VII e VIII do mesmo artigo, mas em sentido diametralmente oposto. Para melhor compreensão, transcrevo os dispositivos

mencionados:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

[...]

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

[...]

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

[...]

Essa distinção entre os inquéritos se deu pelo cuidado em conferir maiores garantias a bens jurídicos caros à sociedade. A investigação criminal é muito mais tormentosa para o investigado do que a civil, pois coloca em risco a liberdade. Assim, na Constituição, acabou-se por dividir atribuições entre dois órgãos, objetivando que o destinatário das atividades preparatórias pudesse, com isenção, avaliar o trabalho desenvolvido. A postergação do controle para fase judicial, caso o Ministério Público investigasse, implicaria descompasso com os ditames constitucionais que buscaram garantir um controle obrigatório antes da fase judicial, isso para não prolongar sofrimento passível de existir como consequência de uma apuração criminal infundada. Legitimar a investigação por

parte do titular da ação penal é inverter a ordem natural das coisas: quem surge como responsável pelo controle não pode exercer a atividade controlada.

O desenho constitucional relativo ao Ministério Público, na seara penal, pauta-se na atividade de controle externo da polícia, ou seja, deve ser tutor das garantias constitucionais no estágio inquisitivo. Na fase processual, tem a função de titular da ação penal. Todavia, nem mesmo quando funciona como parte, o constituinte retira-lhe a qualidade de fiscal da lei. Atribuir novos poderes nesse campo significa desvirtuamento sem amparo constitucional.

Observem o preceito da Carta que estabelece incumbir às polícias judiciárias, de forma exclusiva, realizar investigações criminais:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

(...)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente,

organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

(...)

Conforme se percebe, o inciso IV do § 1º transcrito previu a exclusividade da Polícia Federal para exercer as funções de polícia judiciária da União. Há quem entenda que isso sirva para retirar tal atribuição das polícias rodoviária federal e ferroviária federal. Descabe hermenêutica nesse sentido, porquanto as atribuições das polícias rodoviária e ferroviária, nitidamente polícias ostensivas, estão discriminadas nos parágrafos 2º e 3º do mesmo artigo.

A Constituição Federal e as normas de um modo geral devem ser interpretadas com base nas regras de hermenêutica. Uma das mais mezinhas é a que preceitua não haver palavras desnecessárias nem inúteis nos textos normativos. Como, então, desconsiderar a exclusividade prevista no texto constitucional para a atividade de investigação criminal pela polícia judiciária? A análise dos artigos acima mencionados evidencia a opção constitucional em não conferir ao Ministério Público o poder de apuração penal. Essa escolha, não me canso de afirmar, decorreu da necessidade de equilibrar os órgãos voltados à persecução penal, evitando a concentração de poder nas mãos de apenas um, sempre tendo em vista restringir ao máximo afrontas às liberdades individuais que possam surgir em decorrência de uma investigação criminal.

A evocação do axioma jurídico “quem pode o mais pode o menos” estaria correta se estivéssemos diante de interpretação de normas de direito privado. Nessa seara, realmente, quem possui autorização para fazer o mais pode fazer o menos, pois, para os particulares, vale o princípio da legalidade ampla, ou

seja, tudo que não estiver proibido está permitido. No direito público, aplica-se o princípio da legalidade estrita. Logo, os órgãos só podem proceder em conformidade com o que está expressamente autorizado. A ausência de previsão conduz à vedação.

Descabe a aplicação da teoria dos poderes implícitos, pois a medida pressupõe vácuo normativo. Somente se a Carta não houvesse disciplinado acerca da investigação criminal, se mostraria possível a observância dessa teoria com a finalidade de suprir a omissão do constituinte. Reafirmo: os preceitos constitucionais envolvidos não só atribuíram a atividade a outro órgão – polícias judiciárias (federal e civil) –, como a versaram de forma exclusiva.

As exceções quanto à investigação criminal, para estarem dentro dos parâmetros constitucionais, necessitam de previsões expressas e balizas bem definidas de como serão realizadas as atividades, a publicidade, o controle, etc. O Ministério Público não possui amparo legal para atuar nesse campo. A título de regulamentação do artigo 8º da Lei Complementar nº 78/93 e do artigo 26 da Lei nº 8.625/93, foram estabelecidos, na Resolução nº 13, do Conselho Nacional do Ministério Público, poderes investigatórios em matéria criminal em favor do Ministério Público, consubstanciando flagrante violação ao artigo 22, inciso I, da Carta Federal.

O artigo 4º do Código de Processo Penal definiu, como atribuição da polícia judiciária, apurar infrações penais e a autoria correlata. A dispensabilidade do inquérito policial não serve de fundamento para autorizar a investigação por parte do Ministério Público, porquanto o inquérito é prescindível quando já existem outros elementos de convencimento para atuação do titular da ação penal (artigo 12 do Código de Processo Penal).

O fato de estar impossibilitado de investigar de forma autônoma não conduz ao desconhecimento do que for apurado. O Ministério Público, como destinatário das investigações, deve acompanhar o desenrolar dos inquéritos policiais, requisitando

diligências, acessando os boletins de ocorrências e exercendo o controle externo. O que se mostra inconcebível é um membro do Ministério Público colocar uma estrela no peito, armar-se e investigar. Sendo o titular da ação penal, terá a tendência de utilizar apenas as provas que lhe servem, desprezando as demais e, por óbvio, prejudicando o contraditório e inobservando o princípio da paridade de armas. A função constitucional de titular da ação penal e fiscal da lei não se compatibiliza com a figura do promotor inquisitor. O direito alienígena também não auxilia na solução da questão, pois os órgãos e atividades envolvidas possuem regras constitucionais próprias, bem estabelecidas, que não deixam margens a interpretações evolutivas.

A má estruturação de algumas polícias e os desvios de condutas que possam existir nos quadros policiais não legitimam, no contexto jurídico, as investigações do Ministério Público. O Judiciário vem, ao longo do tempo, evoluindo, para proporcionar tutela jurídica adequada. No entanto, as interpretações implementadas apenas são cabíveis quando há espaço normativo para tanto, sob pena de virem à balha decisões judiciais como opções puramente subjetivas dos julgadores, sem respaldo no arcabouço jurídico pátrio, contrariando regra constitucional expressa. Há de haver a autocontenção. Nunca é demais lembrar que a atuação judicante é vinculada ao Direito posto e que a Lei das leis submete a todos indistintamente.

Consoante ficou demonstrado, na situação concreta, o Ministério Público instaurou procedimento investigatório (Procedimento Administrativo nº 270/06), intimou o envolvido para prestar explicações em atividade típica de investigação criminal e, posteriormente, denunciou-o.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso, para anular, desde a origem, o Processo-Crime nº 1.0000.06.444038-1/000, que tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proclamando a ilegitimidade absoluta do Ministério Público para, por meios próprios, realizar investigações

HC 85011 / RS

criminais.

É como voto.

Considerada a decisão do Plenário e a minha ciência e consciência, fico com estas últimas. No caso, defiro a ordem, porque entendo que não existe, no Brasil, a figura do promotor inquisidor. Não concebo que, como parte, o Estado-acusador investigue, e a tendência – como ressaltai no Plenário – será desprezar o que não sirva à persecução criminal, colocando no lixo, e apenas aproveitando os atos adequados a essa persecução.

No mais, tem-se já a unanimidade no sentido do implemento da ordem de ofício para afastar a preventiva.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA**HABEAS CORPUS 85.011**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. TEORI ZAVASCKI

PACTE.(S) : WALNIR TREICHEL

IMPTE.(S) : WALNIR TREICHEL

ADV.(A/S) : JOSE FERNANDO GONZALEZ

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após os votos dos Ministros Eros Grau, Relator, e Carlos Britto, indeferindo o pedido de **habeas corpus**, mas, de ofício, deferindo a ordem para conceder liberdade provisória ao paciente, e dos demais Ministros os acompanhando quanto à concessão de ofício, pediu vista do processo o Ministro Cezar Peluso. Falaram pelo paciente o Dr. José Fernando Gonzalez e pelo Ministério Público Federal, o Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas. 1ª. Turma, 07.06.2005.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Ministro Cezar Peluso, de acordo com o art. 1º, § 1º, **in fine**, da Resolução n. 278/2003. 1ª. Turma, 09.08.2005.

Decisão: Adiado o julgamento por indicação do Ministro Cezar Peluso. 1ª. Turma, 30.08.2005.

Decisão: Por maioria de votos, a Turma indeferiu a ordem de *habeas corpus*, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que presidiu este julgamento. Por unanimidade, implementou a ordem, de ofício, para afastar a prisão provisória, nos termos do voto do Senhor Ministro Eros Grau, Relator. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Teori Zavascki. Não participaram, justificadamente, deste julgamento, os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso. 1ª Turma, 26.5.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Roberto Barroso. Compareceram os Senhores Ministros Dias Toffoli e Teori Zavascki para julgar processos a eles vinculados.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma